



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
MINAS GERAIS**

Projeto de Lei n. 057 /2020

**DISPÕE, DEFINE E DISCIPLINA O
PROGRAMA DE AQUICULTURA NO
MUNICÍPIO DE ARAGUARI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A atividade de aquicultura, desenvolvida no Município de Araguari, é regulada por esta Lei.

Art. 1º Compreende a atividade da aquicultura os atos de reprodução, criação e engorda em cativeiro, transporte, beneficiamento, armazenamento, extensão, pesquisa e comercialização de seres aquáticos e semiaquáticos, executados por pessoas físicas e jurídicas, que observarão as disposições contidas nesta Lei.

Art. 2º Para os fins de aplicação desta Lei, são estabelecidas as seguintes definições:

I - aquicultura: atividade de produção e/ou reprodução e criação, em condições naturais ou artificiais, de organismos que tenham seu ciclo de vida, total ou parcial, em meio aquático, incluindo peixes, moluscos, crustáceos, quelônios, répteis, anfíbios e plantas aquáticas;

II - aquicultor: pessoa física ou jurídica, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, que se dedica à criação de organismos aquáticos, vegetais ou animais, em ambientes naturais e artificiais, com finalidade econômica, social ou científica, trabalhando de modo independente ou vinculado a associações e/ou cooperativas;

III - área aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado à

aquicultura;

IV - despesca: processo de retirada dos tanques de produção de peixes e outras espécies aquáticas, cultivadas para fins econômicos, sociais, científicos e outros;

V - espécie alóctone: espécie não originária da bacia hidrográfica;

VI - espécie autóctone: espécie originária da bacia hidrográfica;

VII - espécie estabelecida: espécie alóctone que já constituiu população isolada e em reproduções, aparecendo em pescas científica e/ou extrativista;

VIII - espécie exótica: espécie de origem e ocorrência natural somente em águas de outros países;

IX - espécie nativa: espécie de origem e ocorrência natural nas águas brasileiras;

X - gaiola ou tanque-rede: equipamento de cultivo utilizado dentro da massa de água de um rio, lago, açude ou represa, construído e manejado de acordo com as normas técnicas de engenharia;

XI - parque aquícola: espaço físico contínuo, em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidas outras atividades compatíveis com a prática da aquicultura;

XII - pescado: todo produto oriundo do processo da aquicultura, incluindo peixes, moluscos, crustáceos, quelônios, répteis, anfíbios e plantas aquáticas;

XIII - peixamento: processo de introdução de alevinos, juvenis ou de peixes adultos em ambientes aquáticos naturais ou artificiais com a finalidade de povoar ou repovoar o corpo d'água local;

XIV - piscicultura: atividade de produção de alevinos ou peixes em locais conhecidos como viveiro, açude, reservatório, alagado ou tanque, caracterizados por uma área composta por uma lâmina d'água represada e que possui controle de entrada e saída da mesma;

XV - produtor de formas jovens: aquicultor que se dedica à reprodução, larvicultura, alevinagem e comercialização de lavas, alevinos e/ou juvenis;

XVI - reprodutor ou matriz: animal adulto, maduro sexualmente, utilizado na produção de larvas e/ou alevinos;

XVII - reservatório ou represa: corpo de água superficial artificial, por meio de barramentos decorrentes de ação antrópica, mediante diques ou barragens, na qual se armazenam águas pluviais e fluviais, com objetivo de uso como recurso hídrico;

XVIII - tanques: estruturas projetadas e construídas para aquicultura, escavadas ou elevadas, totalmente revestidas em alvenaria, lona, ferrocimento, fibra ou outro material, e com controle de abastecimento e drenagem de água;

XIX - viveiro: estrutura escavada em terra, projetada e construída para aquicultura, com possibilidade de controle de abastecimento e drenagem de água.

Capítulo II

NORMAS GERAIS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA

Art. 3º Esta Lei também dispõe sobre a Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover:

I - o desenvolvimento sustentável da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos aquáticos, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;

II - o ordenamento e o fomento da atividade de aquicultura;

III - a preservação, a conservação e a recuperação dos ecossistemas aquáticos;

IV - o desenvolvimento socioeconômico e profissional dos que exercem a atividade da aquicultura;

V - o desenvolvimento de parcerias para efetivar a capacitação profissional de técnicos agricultores e trabalhadores, inclusive quanto aos aspectos gerenciais e de comercialização;

Capítulo III

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 4º Os aquicultores são classificados, quanto ao objetivo de sua produção, em:

I - produtor de formas jovens: aquele que se dedica à produção e comercialização de ovos embrionados, pós-larvas, alevinos e juvenis;

II - produtor de formas de vida para ornamentação: aquele que se dedica à produção e comercialização de peixes, crustáceos ou vegetais a serem utilizados como espécies ornamentais ou de aquariofilia.

III - produtor terminador: aquele que finaliza o cultivo de alevinos e/ ou juvenis, produzindo pescado destinado ao consumo humano e/ou industrial;

IV - produtor de matrizes e reprodutores: aquele que cria organismos aquáticos jovens ou adultos, frutos de processos de seleção, melhoria e classificação zootécnica, a serem comercializados, exclusivamente, como reprodutores ou matrizes aos produtores de alevinos;

V - produtor de iscas aquáticas: aquele que realiza trabalhos de reprodução, cultivo, armazenamento e comercialização de peixes autóctones, utilizados como iscas vivas aquáticas na pesca amadora, profissional e/ou esportiva;

VI - piscicultor de pesque-pague: aquele que cria, cultiva, produz, reproduz e/ou adquire peixe, moluscos, crustáceos, quelônios, répteis, anfíbios e plantas aquáticas, oriundos de outro piscicultor, abate, beneficia por qualquer tipo de processamento e conservação, comercializando no varejo, como forma de lazer, recreação, esporte ou turismo.

Art. 5º Para efeito desta Lei, a aquicultura será avaliada, quanto à capacidade produtiva, de acordo com a lâmina d'água acumulada e será classificada em:

I - sistema I: unidade de produção em sistema de policultivo em viveiros ou tanques, podendo ser de:

- a) pequeno produtor: em que a área útil é igual ou de até 1 (um) hectare;
- b) médio produtor: em que a área útil é maior que 1 (um) hectare e menor ou igual a 3 (três) hectares;
- c) grande produtor: em que a área útil é acima de 3 (três) hectares;

II - sistema II: unidade de produção em tanque-rede, podendo ser de:

- a) pequeno produtor: em que o volume útil é igual ou até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos);
- b) médio produtor: em que o volume útil é maior que 500 (quinhentos metros cúbicos) e menor ou igual a 2000 m³ (dois mil metros cúbicos);
- c) grande produtor: em que o volume útil é maior que 2.000 m³ (dois mil metros cúbicos).

Art. 6º A classificação quanto ao porte, quando regulamentada pelo tamanho da área de lâmina d'água total, só levará em conta as bases fixas utilizadas diretamente na produção de pescado, excluindo-se as destinadas a outros usos na propriedade.

Capítulo IV DOS PRODUTOS

Art. 7º São produtos da atividade da aquicultura:

I - larvas, pós-larvas e alevinos;

II - iscas vivas;

III - pescado vivo;

IV - pescado abatido e in natura;

V - pescado abatido, beneficiado por qualquer tipo de processamento e conservação;

VI - hipófises, glândulas de produção de hormônios responsáveis pelo estímulo da reprodução, oriundas do processamento de pescado de aquicultura;

VII - crustáceos, moluscos, anfíbios, répteis e plantas aquáticas.

Capítulo V

DOS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE

Art. 8º Serão considerados impactos ambientais, decorrentes da aquicultura, os seguintes eventos:

I - introdução de espécies exóticas, animal ou vegetal, que possam alterar a frequência natural de ocorrência das populações ou as possibilidades de sobrevivência de quaisquer espécies nativas;

II - introdução de espécies exóticas que possam alterar a natureza genética das espécies nativas, assim chamada contaminação genética;

III - introdução de doenças e parasitos no ambiente natural e/ou aquiculturas, originados de outras bacias hidrográficas;

IV - uso de água fora dos padrões estabelecidos em lei, quanto à vazão e proteção de mananciais;

V - uso das áreas protegidas por lei, especialmente aquelas descritas em legislação federal, estadual e municipal.

Parágrafo único. Os autores dos impactos descritos neste artigo estarão sujeitos a incorrer nas infrações e penalidades previstas na legislação federal e estadual pertinentes.

Capítulo VI

DO REGISTRO

Art. 9º Ficam sujeitas ao registro, para fins de formação de cadastro municipal, empreendimentos aquícolas e todas as propriedades exploradoras do ramo aquícola.

Parágrafo único. O cadastramento será feito de forma gratuita pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Agronegócios, com a colaboração dos órgãos afetos, cabendo a essa Secretaria a orientação quanto aos aspectos ambientais, de forma a adequar o empreendimento às diretrizes de conservação ambiental do Município.

Art. 10º Os empreendimentos aquícolas devem se adequar às normas estabelecidas na legislação federal e estadual, quanto ao licenciamento ambiental e registro de aquicultor para instalação, funcionamento e comercialização.

Art. 11º As construções destinadas à aquicultura deverão oferecer:

I - solidez necessária à contenção da água, que garanta a sua estabilidade por período compatível com o risco ambiental derivado do seu eventual rompimento;

II - proteção dos taludes contra a erosão;

III - dispositivos de proteção contra a fuga de peixes para o meio ambiente, tanto a jusante como a montante da aquicultura;

IV - execução das obras levando em conta critérios e estruturas que venham a gerar o mínimo de áreas de empréstimo, e locais de disposição final de estêreis e rejeitos, de preferência mantendo-os abaixo da linha da água.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º Compete à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Agronegócios, caso necessário, criar e implantar novas diretrizes para execução desta Lei.

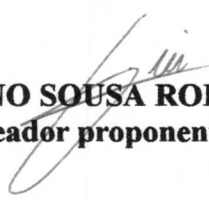
Art. 13º A fiscalização da produção, processamento e conservação dos produtos oriundos da atividade de aquicultura definida nesta Lei serão da competência da Vigilância Sanitária no que tange à comercialização no varejo, como forma de lazer, recreação esporte e turismo, e da competência do Serviço de Inspeção Municipal no que concerne à atividade frigorífica e de industrialização que objetive a venda no atacado.

Art. 15º Os empreendimentos de aquicultura que atualmente estejam em atividade e fora dos parâmetros desta Lei deverão adequar-se aos termos da presente em até 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua vigência.

Art. 14º As despesas decorrentes da implementação desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

Art. 15º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, sala das Sessões, em 11 de Fevereiro de 2020.


GIULLIANO SOUSA RODRIGUES
Vereador proponente



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
MINAS GERAIS**

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei oferece uma série de facilitadores práticos à reprodução, engorda, beneficiamento, armazenamento pesquisa e comercialização de seres aquáticos e semiaquáticos no município.

Pois através deste visamos atingir o desenvolvimento sustentável da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, de uma forma respeitosa ao meio ambiente e à biodiversidade. Por meio de uma série de diretrizes que ordenam a atividade no município, será possível fomentar o setor e propiciar melhorias para as condições de atuação dos produtores.

Araguari possui vários produtores de peixes e outros animais semelhantes e é nosso objetivo valorizar cada vez mais a atuação dessas pessoas.


GIULLIANO SOUSA RODRIGUES
Vereador proponente